

SIMPÓSIO TEMÁTICO: URBANIDADES(S)

Urbanidade e as novas configurações urbanas

Alice Rauber Gonçalves

Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo

O objetivo deste ensaio, de caráter exploratório, é levantar questões que alimentem o debate em torno das transformações na urbanidade das múltiplas configurações urbanas que a cidade contemporânea assume, na tentativa de contribuir para a reflexão teórico-conceitual sobre o tema urbanidade(s). Nesse sentido, novas abordagens da cidade contemporânea são confrontadas com as tradicionais noções de urbanidade.

Palavras-chave: urbanidade, configuração urbana, cidade contemporânea

Abstract

The purpose of this essay is to raise questions about changes in urbanity of different urban configurations produced by contemporary city, trying to contribute for theoretical and conceptual reflection about urbanity. Accordingly, new approaches to contemporary city are confronted with traditional notions of urbanity. **Key words:** urbanity, urban configuration, contemporary city

Introdução

Nas últimas décadas, significativas transformações no processo de urbanização puderam a ser observadas, tais como: intensificação das relações entre urbano e rural, com intensificação de fluxos entre um e outro, e com interpenetração entre espaços urbanos e não-urbanos; dissolução da cidade como uma unidade espacial isolada, em contraponto ao campo, por causa da expansão territorial e diminuição de densidades populacionais nas bordas e interstícios dos núcleos mais densos e consolidados; tendência de agrupamentos urbanos por extratos socioeconômicos mais homogêneos. Diante desse quadro os assentamentos urbanos passaram a assumir novas configurações – dispersas, descontínuas, e de baixa densidade – distintas da cidade compacta tradicional.

Essas novas formas de urbanização começaram a aparecer de forma mais contundente nos Estados Unidos, a partir da década de 1940, quando famílias de classe média transferem suas residências para áreas suburbanas; e atividades

tipicamente urbanas começam a se deslocar para o campo, dispondo-se, principalmente, ao longo dos grandes eixos de transporte. O primeiro grande território urbanizado forma-se no entorno de Nova York, logo se repetindo em outras regiões norte-americanas. Nas décadas subseqüentes, o fenômeno se repete na Europa, e, atualmente, padrões semelhantes podem ser observados também na Ásia e na América Latina, embora com outras origens.

No Brasil, assim como em outros países da América Latina, o processo diferencia-se daquele ocorrido nos Estados Unidos, por ter iniciado com a dispersão de assentamentos de baixa renda, desencadeada pela industrialização. Núcleos habitacionais distantes das cidades foram implantados para suprir a demanda por moradia, principalmente da população ligada ao trabalho operário das atividades industriais. Contudo, o que se percebe é que nos últimos vinte anos se multiplicam, nas cidades brasileiras, bairros de classe média e alta em áreas afastadas de centros urbanos, de maneira muito semelhante ao que já ocorria nos Estados Unidos a partir de meados do século passado. A procura por moradias em condomínios e loteamentos fechados em zonas afastadas das cidades, por parte das camadas de média e alta renda, aumentou significativamente nos últimos anos, revelando uma tendência cada vez mais forte.

Pode-se dizer que estamos diante de uma convergência quase que mundial a um padrão de urbanização que tende à dispersão, ou seja, um crescimento urbano disperso e fragmentado, e com significativo aumento da expansão urbana periférica de baixa densidade. Muitos autores acreditam que essas mudanças nos padrões de urbanização devam ser contextualizadas dentro de um quadro de mudanças mais abrangente, que vem ocorrendo nas últimas décadas, envolvendo questões de ordem econômica e social, e que tende à urbanização total do território. O desenvolvimento de tecnologias de transporte e comunicação possibilitou tais mudanças, na medida em que deu mais flexibilidade à localização das atividades.

As configurações urbanas que tendem à dispersão, no entanto, coexistem com as antigas estruturas densas e compactas, e ainda que haja, de fato, uma tendência ao crescimento urbano disperso, o crescimento urbano por densificação de estruturas existentes também ocorre.

Muito se fala sobre perda de qualidade urbana nesse atual quadro de transformações pelas quais as estruturas urbanas vêm passando. Este artigo se propõe a refletir sobre a urbanidade das novas configurações urbanas. Como essas

novas estruturas, que assumem múltiplas configurações, tensionam aspectos relacionados a urbanidade? As novas espacialidades freqüentemente entram em choque com a noção usual de urbanidade, visto que temos ainda muito forte a imagem da cidade tradicional, densa, compacta, bem delimitada, intensa e cheia de vitalidade.

O presente artigo discute sobre essa questão as novas configurações urbanas, abordando a cidade como um fenômeno complexo, e, sobretudo, procurando identificar transformações na urbanidade de novas espacialidades e também a possibilidade de mutações no conceito de urbanidade. Em primeiro lugar serão feitas algumas reflexões sobre a cidade contemporânea, para então passar a uma exploração sobre o conceito de urbanidade e como essas novas espacialidades produzem transformações na urbanidade.

Reflexões sobre a cidade contemporânea

Aqui serão levantados alguns aspectos a respeito da cidade contemporânea que podem influenciar na discussão sobre urbanidade: sua imbricação com áreas não-urbanas, dependência mútua entre processos de dispersão e densificação, e a noção de criticalidade. Ainda que alguns pontos pareçam um tanto quanto inusitados, a idéia aqui é justamente extrapolar noções clássicas *cidade e urbano* no sentido de provocar novos questionamentos.

Gottdiener (1997, p.15) argumenta que “não é apenas a cidade que se ampliou, mas uma forma qualitativamente nova de espaço de assentamento”. Para o autor, palavras como “urbano” e “rural” – antes usadas para designar lugares e modos de vida – perderam seu valor analítico. De fato, o meio rural, hoje, não se restringe às atividades agropecuárias. Vem ganhando novas funções, que incluem atividades não agrícolas, como aquelas ligadas ao lazer, turismo, prestação de serviços, residência e até mesmo à indústria. A vida urbana existe em áreas tidas como rurais, ou não-urbanas. Os assentamentos assumem formas cada vez mais complexas.

Será, então, que o conceito de *urbanidade* enquanto “qualidade ou condição de ser urbano” (Houaiss) ainda é válido para fazer essa distinção entre urbano e rural? Será que urbanidade vale para definir aquilo que se opõe ao rural? Limites entre rural e urbano são cada vez mais tênues e imprecisos. Difícil restringir aquilo que temos por urbano aos limites administrativos, ao chamado perímetro urbano. Os novos processos socioeconômicos apresentam novas morfologias, o que sugere a necessidade de um alargamento dos conceitos clássicos sobre a cidade e o urbano. A

cidade não é mais apenas um conjunto denso de formas construídas, tendo em vista essa tendência à urbanização extensiva em baixas densidades, descontínua, fragmentada.

Alguns autores sugerem que estaria ocorrendo um processo de urbanização total do território, na medida em que se reduzem drasticamente as populações rurais e “ao mesmo tempo os setores sociais urbanos se apropriam extensamente dos territórios ao seu redor, para implementação de seus modos de vida, agora dispersos” (Reis, 2006). Tal hipótese é sustentada admitindo que o crescimento urbano ocorre quase que exclusivamente pela urbanização de novos territórios. Na verdade, a ocupação do território se perpetua por padrões de urbanização que ora são densos e compactos, ora dispersos e fragmentados. São, ao mesmo tempo, altamente conectados através das novas tecnologias de comunicação e de transporte, mantendo fortes vínculos entre si, ou seja, partes de um mesmo sistema. Nesse sentido, a compreensão de cidade como um sistema, formado de partes conectadas entre si, é mais rica do que as abordagens tradicionais, que procuram estudar a cidade por zonas delimitadas por limites que geralmente só existem nas representações cartográficas. A noção de cidade como sistema e fenômeno complexo permite novas visões sobre sua dinâmica de crescimento.

Conforme já dito anteriormente, o crescimento urbano na cidade contemporânea tende a ocorrer prioritariamente pela ocupação extensiva de áreas anteriormente não urbanizadas, tendendo às configurações urbanas dispersas e fragmentadas; mas que convivem e coexistem com crescimento urbano por densificação de estruturas já existentes. Pode-se dizer que haja uma espécie de relação de dependência mútua entre esses dois processos. Polidori e Krafta (2003) trabalham com a hipótese de que compactação e fragmentação fazem parte do mesmo processo. Para os autores “o crescimento urbano se dá com alternância de estados de maior e menor fragmentação e compactação”. Sugerem que expansões e renovações urbanas (crescimento extremo e interno) são etapas de um processo dinâmico que tem garantido a continuidade histórica das cidades, e procuram verificar esses processos através de modelos computacionais que simulam o crescimento urbano. A cidade sofre “alterações de fragmentação / desfragmentação e de descompactação / compactação, cumprindo etapas diferenciadas no tempo e no espaço (em distintos momentos da evolução urbana ou em diferentes lugares da

cidade)”, o que sugere que a dispersão urbana não seria um indicador de decadência e destruição, mas sim um possível dispositivo que garante a continuidade das cidades.

Abramo (2008), embora com abordagem bastante diferente, sob o ponto de vista da lógica do mercado, percebe que a produção da estrutura urbana contemporânea se expressa em duas formas distintas. Ele identifica que o mercado de solo nas grandes metrópoles latino-americanas promove de forma simultânea uma estrutura compacta e difusa, que chama de cidade COM-FUSA. O autor sugere que na lógica de funcionamento dos mercados formais e informais haveria um “círculo de retroalimentação dos mecanismos de promoção da forma compacta e difusa do uso do solo urbano”.

Diante das evidências, parece consistente admitir certa dependência mútua entre processos de compactação/densificação e dispersão/extensificação do território. Aqui vale lembrar os porcos-espinhos de Schopenhauer, imagem evocada por Secchi, no livro *Primeira Lição de Urbanismo*:

“Pode ser que os homens estejam ficando como os porcos-espinhos de Schopenhauer: quando o inverno é frio, os porcos-espinhos, procurando um pouco de calor comprimem-se entre si, mas os espinhos de um espetam a carne do outro. Os porcos-espinhos então se afastam e sentem frio. Aproximando-se e afastando-se, e vice-versa, em sucessivas tentativas, ao fim, eles encontram uma distância adequada na qual não sentem nem muito frio, nem muita dor. A cidade contemporânea, cidade ainda instável, talvez esteja à procura da distância adequada.” (Secchi, 2006, p. 95)

A tal “procura pela distância adequada” de Secchi poderia ser entendida, talvez, por uma eterna procura pela forma ideal, se é que ela existe, algo relacionado aos processos mutuamente dependentes descritos anteriormente.

Não seria, então, esse movimento de dependência mútua entre dispersão e densificação, intrínseco ao processo de crescimento urbano, uma expressão de criticalidade dos sistemas urbanos?

Criticalidade auto-organizada, teoria de Per Bak, se baseia nos efeitos gerados por interações entre elementos, e nesse sentido encontra-se dentro do “guarda-chuva” da teoria da complexidade. Segundo Castro (2007) “o termo “*self-organized criticality*” (SOC) ou criticalidade auto-organizada, como foi traduzido para o português, refere-se à tendência de um sistema dinâmico a organizar-se num estado estacionário, sem qualquer parâmetro externo de ajuste.” O autor explica o porquê do

termo: “auto-organizada porque não há nenhum parâmetro externo operando sobre o sistema, e é crítico porque ele se equilibra no ponto crítico entre a ordem e a desordem.” A teoria da criticalidade sugere que os sistemas complexos evoluem para um limiar crítico, assumindo um estado de equilíbrio, mantido através de um processo de auto-organização. Castro (2007) ressalta também que “o processo de auto-organização acontece depois de um período muito longo de transiente.” Batty (2005 e 2007) e outros autores (Krafta *et al* 2010, Semboloni 2006, Chen 2008) sugerem que as cidades também podem ser entendidas como fenômenos críticos.

Há muitas especulações sobre como serão as cidades no futuro. Não se sabe se as cidades permanecerão com as características atuais, ou se irão se espriar dramaticamente, ou se irão crescer sob a forma de densas estruturas verticais. Sabe-se, no entanto, que as estruturas urbanas são altamente resilientes e que possuem alta capacidade de adaptação a novas situações. Conforme os postulados da teoria da criticalidade, e se, de fato, ela se aplica a sistemas urbanos, as cidades podem ter chegado ao ponto crítico, visto que a cidade tende a permanecer nesse estado de reacomodações internas, e de fragmentação / desfragmentação e compactação / descompactação permanentemente ou então durante um longo período, mediante um processo de crescimento que se expressa em múltiplas configurações morfológicas dependentes entre si. As reacomodações se referem à alocação de atividades dentro de uma cidade: toda vez que uma atividade troca de localização, ou que uma nova atividade é inserida, isso provoca uma corrente de mudanças, na medida em que outras atividades se vêem obrigadas a se reajustar. Esse reajuste de atividades, por sua vez, provoca alterações nas configurações urbanas. Estas podem tender mais para um lado ou mais para outro (mais compacta ou mais fragmentada), dependendo também de fatores demográficos, econômicos e políticos que atuam sobre o sistema (fatores *top-down*); mas ambas fazem parte do crescimento urbano, e essa parece ser a principal característica da cidade contemporânea.

Admitir que esse processo seja reversível parece, então, contraproducente e, citando Secchi (2006), “opor-se às tendências mais profundas da cidade contemporânea é fútil”. Ainda assim, isso não significa que não se identifique problemas, graves problemas, nas cidades e nos atuais padrões de crescimento. Um deles, freqüentemente mencionado, é a *urbanidade*, ou a falta dela, dos espaços decorrentes de recentes transformações urbanas, principalmente das grandes

idades. Urbanidade é um conceito difícil, mas essencial para uma abordagem crítica das novas configurações urbanas.

Visto que as cidades contemporâneas se estruturam paradoxalmente pela combinação setores com baixíssimas densidades que ocupam áreas extensas (subúrbios, condomínios fechados) e setores de alta densidade demográfica (áreas centrais verticalizadas e favelas); como contrapor urbanidade de espaços tão distintos? Será que as noções usuais que temos acerca do termo *urbanidade* são suficientes para essa complicada tarefa? A próxima seção destaca algumas das principais noções que permeiam tradicionalmente o conceito de urbanidade.

Urbanidade: vitalidade, diversidade...

Diante das considerações acima, urbanidade não se relaciona apenas à paisagem, urbana ou rural, mas é um conceito ancorado tradicionalmente dentro dos estudos urbanos em entendimentos que remetem essencialmente à qualidade urbana. Envolve certa intensidade de interações sociais, o que nos remete ao conceito de vitalidade urbana; e também diversidade urbana, conforme veremos a seguir.

Vitalidade urbana é um conceito que envolve uma série de noções, muitas delas encontradas no livro *Morte e Vida de Grandes Cidades* (Jacobs, 2000). A autora, já na década de 60, alertava para os prejuízos à qualidade urbana gerados pela suburbanização das cidades americanas. Suas críticas eram direcionadas principalmente a áreas monofuncionais, parques urbanos segregados, excesso de espaços residuais, calçadas problemáticas, quarteirões longos demais e falta de definição entre espaços públicos e privados. Em suma, todas as questões que a autora levanta contribuem para a descrição de espaços que não favorecem, e em certos casos até desestimulam, a circulação das pessoas pelos espaços públicos e os contatos entre elas.

Urbanidade é freqüentemente tomada como sinônimo de vitalidade urbana, já que envolvem noções que se sobrepõem. Nos dicionários urbanidade aparece como “conjunto de formalidades e procedimentos que demonstram boas maneiras e respeito entre os cidadãos; afabilidade, civilidade, cortesia” (Houaiss). Não menciona quantidade de cidadãos. Esse trabalho, na busca uma acepção de urbanidade que tenha interface com os espaços edificados em si, assume que urbanidade requer, sim, quantidade de contatos também, além de qualidade (relações dotadas de civilidade, cortesia, etc).

Urbanidade envolve, portanto, certa intensidade de contatos, interações entre pessoas, mas não interações de qualquer tipo, interações dotadas de qualidades como cordialidade e respeito. Na verdade, o conceito de vitalidade urbana está embutido no de urbanidade, pois não há urbanidade sem vitalidade, isto é, espaços que possibilitem uma concentração mínima de pessoas interagindo. Interações podem ocorrer de diversas maneiras e em diversos locais, até mesmo virtuais, deslocadas no tempo e no espaço, mas vamos nos ater aqui a interações dentro de espaços urbanos. Sabe-se que certas estruturas urbanas favorecem interações interpessoais, ao passo que outras dificultam. Por exemplo, assentamentos com grandes distâncias intra-urbanas, onde os deslocamentos são prioritariamente feito por automóveis, dificultariam contatos e interações diretas entre pessoas, apresentando, portanto, menor potencial de urbanidade.

Para definir espaços dotados de urbanidade não basta intensidade de contatos, mas também diversidade. Por isso, o conceito de urbanidade envolve também variedade de usos, de atividades, de formas construídas, de classes sociais distintas, coexistindo no mesmo espaço – questões também exploradas por Jane Jacobs.

Ainda não se dispõe de métodos para estabelecer relações diretas entre configuração urbana e urbanidade, mas parte-se do pressuposto de que certas estruturas urbanas favorecem interações interpessoais, e sua intensidade e diversidade, ao passo que outras dificultam. Por exemplo, assentamentos com grandes distâncias intra-urbanas, onde os deslocamentos são prioritariamente feito por automóveis, dificultariam contatos e interações diretas entre pessoas, apresentando, portanto, menor potencial de urbanidade. A seguir algumas condições que podem estimular ou desestimular a ocorrência de interação social mais intensa:

a) Densidades populacionais: Densidades maiores são, por razões óbvias, associadas à maior número de interações, mas essa assertiva só tem validade até certo ponto. Alguns estudos indicam que altas densidades, podem, ao contrário, diminuir a interação social, pois, especialmente quando associadas a aumento na taxa de criminalidade, podem gerar medo de contatos interpessoais (Brueckner e Largey, 2008), e conseqüentemente diminuir a interação social.

b) Interface entre espaços públicos e privados: Maior permeabilidade entre espaços públicos e privados, com grande interface entre eles, ou seja, espaços privados que se conectam diretamente a espaços públicos, favorecem maior

movimentação de pessoas e interação entre elas. Os famosos “olhos para as ruas” de Jane Jacobs geram a sensação de segurança.

c) Mistura de usos do solo

Variedade de usos do solo, combinação de residências com atividades de trabalho e lazer, proporciona maior diversidade urbana, garantindo a presença de pessoas nas ruas por diferentes propósitos e em diferentes horários.

d) Distâncias intra-urbanas: Menores distâncias também podem ser associadas à maior intensidade de interação entre pessoas. Nos estudos urbanos, são freqüentemente associadas a uma maior pré-disposição das pessoas a realizarem os trajetos a pé, o que aumenta a chance de contatos. Assentamentos com grandes distâncias entre as atividades, por sua vez, favorecem os deslocamentos por meios motorizados, principalmente o automóvel particular, dificultando contatos.

Todos os aspectos acima levantados são condições que podem ou não gerar urbanidade. A presença e quantidade de gente (densidade), indicativo de vitalidade, não é necessariamente um requisito de urbanidade, visto que uma se refere à quantidade enquanto a outra se reporta à qualidade; define apenas uma das condições para que um espaço seja dotado de urbanidade. Da mesma forma, diversidade também pode gerar urbanidade, mas não necessariamente.

Novas configurações urbanas e mutações no conceito de urbanidade

Todas as características levantadas na seção anterior dizem respeito a noções mais usuais de urbanidade, a qual geralmente é relacionada a vitalidade e a diversidade. É como se os espaços pudessem ser medidos em termos de “intensidade de urbanidade” ou classificados como “dotados” ou “não-dotados de urbanidade”. O ponto que se quer chegar aqui é que isso parece ainda muito subjetivo. Para justificar tal assertiva voltemos às questões da cidade contemporânea e suas múltiplas configurações. Como confrontar a urbanidade de uma favela com a de um típico bairro central ou de um condomínio fechado? São situações completamente distintas, dificilmente haverá parâmetros que sirvam para avaliar ambas. Não se pode dizer que uma tenha mais urbanidade que outra, apenas que são diferentes. Será, então, que seria o caso de buscar classificações por “tipos de urbanidade”? Seria, provavelmente, um tanto quanto subjetivo também.

No fim das contas, *urbanidade* parece um conceito razoavelmente bem delimitado nos estudos urbanos, tratado em termos de vitalidade urbana e diversidade,

ao passo que o *urbano* e a *cidade*, tendo em vista as transformações relatadas, são conceitos que começam a carregar certa dose de imprecisão. Dessa forma, admitindo que a noção de *cidade* seja um conceito que passa por mutações, não caberia também um alargamento na noção de *urbanidade*? Talvez seja o caso de estudar com maior profundidade questões relacionadas à qualidade urbana, extrapolando as tradicionais noções de vitalidade/diversidade dos espaços urbanos.

Boa parte dos questionamentos levantados permaneceu sem respostas conclusivas, pois requer maiores esforços no sentido de produzir definições mais precisas acerca do termo urbanidade(s), algo pouco explorado nos estudos urbanos. Ressalta-se apenas a importância de se levar em conta especificidades das novas e complexas configurações urbanas que a cidade contemporânea assume.

Referências

- ABRAMO, P. (2008). A cidade COM-FUSA: a mão inoxidável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (ANPUR)*, v. 5, p. 12-32.
- BATTY, M. (2005). *Cities and Complexity: understanding cities with cellular automata, agent-based models, and fractals*. London: MIT Press Books.
- BATTY, M. (2007). Complexity in city systems, understanding, evolution and design. *CASA Working Paper 117*.
- BATTY, M., & Xie, Y. (1998). Self-organized Criticality and Urban Development. *Discrete Dynamics in Nature and Society*, vol 3, pp. 109-124.
- BRUECKNER, J. E LARGEY, A. (2008). Social Interaction and urban sprawl. *Journal of Urban Economics* 64, pp.18-34.
- CASTRO, P. A. (2007). *Rede complexa e criticalidade auto-organizada*. São Carlos: Instituto de Física de São Carlos (IFSC).
- GLERIA, I., MATSUSHITA, R., E SILVA, S. (2004). Sistemas Complexos, Criticalidade e Leis de Potência. *Revista Brasileira de Ensino de Física*, v.26, n.2, 99-08.
- GOTTDIENER, M. (1997). *A produção social do espaço urbano* (2a ed.). Editora da Universidade de São Paulo, São Paulo.
- JACOBS, J. (2001). *Morte e vida de grandes cidades*. Martins Fontes, São Paulo.
- JOHNSON, S. (2003). *Emergência: a dinâmica de rede em formigas, cidades, cérebros e softwares*. Jorge Zahar, Rio de Janeiro.
- KRAFTA, R, Netto, V e Lima, L (2010). Urban Built Form Grows Critical, *Proceedings of the European Conference on Complex Systems*, Lisbon, ECSS.
- POLIDORI, M., KRAFTA, R. (2003). *Crescimento urbano – Fragmentação e sustentabilidade*. Anais X Encontro Nacional da ANPUR. Belo Horizonte: ANPUR.
- REIS, N.G. (2006). *Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano*. Vias das Artes, São Paulo.
- REIS, N.G. (2009). *Sobre dispersão urbana*. Vias das Artes, São Paulo.
- SECCHI, B. (2006). Primeira lição de urbanismo. *Perspectiva*, São Paulo.
- SEMBOLONI, F. (2006). Self-organized criticality in spatial development. *Chaos and Complexity Letters*, vol 1, n.3.